

## DECISÃO DO PREGOEIRO

**ASSUNTO:** Análise Recurso interposto item 1 do Pregão Eletrônico nº 22/2020, SRP, Menor Preço.

**PROCESSO ADMINISTRATIVO** nº 59500.001208/2020-18

**OBJETO:** Fornecimento, transporte, carga e descarga de materiais, equipamentos e veículos destinados à implantação de ações de pesca e aquicultura em diversos municípios localizados na área de atuação da CODEVASF, no Estado do Pará-PA.

**RECORRENTE:** 15.249.381/0001-14 - WEEMAC MAQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI;

**RECORRIDA:** 38.154.287/0001-87 - FIELD COMERCIO E IMPORTACAO LTDA;

### RESUMO DOS FATOS

Trata-se de recurso interposto tempestivamente pela empresa **WEEMAC MAQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI** contra a habilitação da empresa FIELD COMERCIO E IMPORTACAO LTDA, participante do Item 1.

Intenção de Recurso: *“Balanço patrimonial não presta para fins de licitação; - Proposta inicial acima do valor máximo permitido; - Certidão negativa de débitos estaduais vencida; - Certidão negativa de débitos municipais vencida; - Certidão de regularidade do FGTS vencida; - Certidão de falência, concordata e recuperação judicial vencida; - Pregoeiro deu prazo de 4 horas, no dia 23/11 às 09:56 para licitante apresentar proposta atualizada, porém apresentou dia 24/11 às 08:11, fora do prazo.”*

<b>ITEM 1</b> - Aerador De Pás para Piscicultura, trifásico com potência mínima de 1,5 a 2 cv. Garantia: 12 meses
---

Em síntese, a RECORRENTE apresenta as seguintes alegações:

- 1) Quanto ao Balanço Patrimonial: *“a licitante enviou uma cópia de balanço de Abertura com apenas um lançamento (integralização de capital social); insuficiente para suprir a exigência da Lei de Licitação, pois não é possível a verificação da qualificação econômico-financeira dos licitantes a qual deve ser aferida, entre outros documentos, mediante a análise do “balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social e não de abertura para que seja comprovado a boa situação financeira da empresa.”*
- 2) Que a proposta comercial foi aceita com valor acima do máximo permitido;
- 3) Que as Certidões de Regularidade Estadual/Municipal, FGTS e Falência foram apresentadas e aceitas com data de validade vencidas;
- 4) Que a proposta apresentada não contém os dados do proprietário da empresa, prazo de entrega, prazo de validade, mas contém frases como ‘de acordo com o edital’;
- 5) Que *“o pregoeiro deu prazo de 4 horas no dia 23/11/2020 às 09:56 para a licitante apresentar proposta atualizada de acordo com seu último lance no pregão, porém a licitante apresentou apenas dia 24/11/2020 às 08:11, desta forma, fora do prazo”*.



### **CONTRARRAZÃO FIELD COMERCIO E IMPORTACAO LTDA**

Em contraposição, a RECORRIDA defende:

- 1) Que *“todas as certidões estão atualizadas e, assim que vencem, atualizam normalmente, como todos fazem quando as suas certidões vencem”*.
- 2) Com respeito ao nosso balanço, com certeza pode cumprir com o solicitado no certame;
- 3) *“Com respeito aos valores entra a pergunta: Se o nosso concorrente tinha como atender a instituição com valores menores que o nosso, porque não o fizeram na fase de lances?”*

### **DA ANÁLISE ÀS ALEGAÇÕES RECURSAIS**

Quanto ao valor da Proposta de Preços, cumpre esclarecer que a Recorrida registrou proposta inicial no sistema, antes da abertura da sessão, no valor unitário de R\$ 5.000,0000. E, após a fase competitiva de lances, foi previamente classificada em 1º lugar, com o valor unitário de R\$ 4.228,7500, sendo aceita pelo melhor lance, conforme se vê em Ata. Portanto, não há que se falar em proposta aceita acima do valor estimado pela Codevasf, sendo uma alegação equivocada da Recorrente. Basta para tanto, consultar a Ata de Realização do Pregão Eletrônico e o Resultado Por Fornecedor.

Sobre as certidões referidas no subitem 11.1.1. do Edital, após diligência feita pelo Pregoeiro, a Recorrida reapresentou a Certidão de Falência com prazo de validade em vigor, conforme arquivo anexo ao sistema: *‘Regularidade-Fiscal-e-anexo-II’*. E a Regularidade Fiscal e Trabalhista estava devidamente atualizada no momento da verificação ON LINE ao SICAF, realizada tanto em 23/11/2020, quanto em 02/12/2020. Cabe informar que a Codevasf não exigiu comprovação de Regularidade Fiscal Estadual/Municipal, conforme advém de uma atenta leitura do Edital, apesar de ter sido citado equivocadamente no chat pelo Pregoeiro.

Quanto à contestação de falta de dados na proposta da Recorrida, como proprietário da empresa, prazo de entrega, prazo de validade; há de se ponderar que seria um formalismo exacerbado, recusar a proposta por tal motivo, pois fere o princípio da razoabilidade, entendimento já consolidado no âmbito do Tribunal de Contas da União, segundo o qual *“rigor formal no exame das propostas dos licitantes não pode ser exagerado ou absoluto, sob pena de desclassificação de propostas mais vantajosas”* (Acórdão 2302/2012- TCU Plenário).

Não obstante a Recorrida ter se utilizado de um formato diferente para apresentação de sua proposta, ela não deixou de apresentar todos os pré-requisitos para aceitação.

Concernente ao Balanço Patrimonial apresentado, infere-se pelo Contrato Social e pela ficha cadastral de inscrição estadual da Secretaria de Fazenda do Estado de Santa Catarina, que a empresa foi fundada e constituída em 19/08/2020, sob o NIRE 422006253791. Portanto criada no exercício em curso; o que lhe permite apresentar fotocópia do Balanço de Abertura.

E, considerando o contido no item 10.5 do Edital, a comissão de licitação buscou corrigir impropriedades na documentação de habilitação e complementar a instrução do processo, conforme art. 57 do Regulamento de Interno de Licitações e Contratos da Codevasf, ao pedir à Recorrida que reapresentasse o Balanço devidamente registrado na Junta Comercial

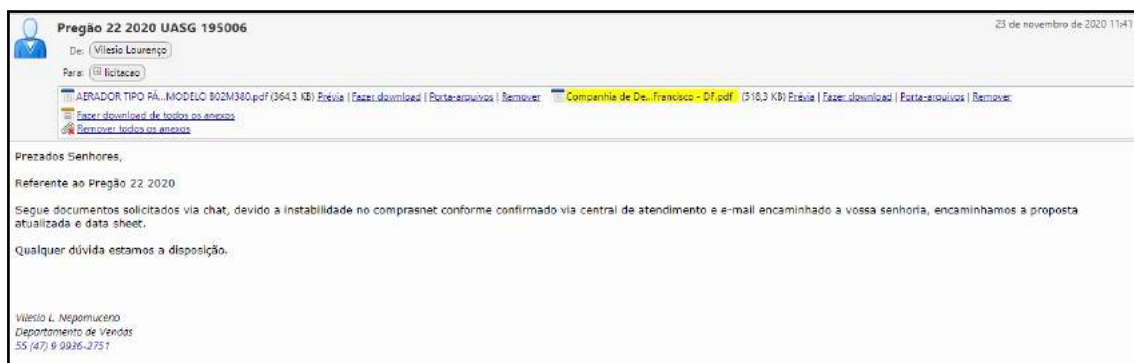


Quanto ao prazo de envio da proposta, depreende-se da Ata do Pregão que a Recorrida fora convocada para apresentação da proposta ao item 1 às 09:57:52 do dia 23/11/2020, vide *print\** abaixo:

\*As telas printadas podem ser visualizados no arquivo disponível no site da Codevasf.

Pregoeiro	23/11/2020 09:56:50	Para FIELD COMERCIO E IMPORTACAO LTDA - Sr. Licitante, solicito que seja encaminhada sua proposta para o ITEM 1, conforme o seu último preço ofertado durante a fase de disputa de lances do certame em questão. Estipula-se o prazo para o atendimento à presente demanda de 4 (quatro) horas úteis.
Abertura do prazo de Convocação - Anexo	23/11/2020 09:57:52	Convocado para envio de anexo o fornecedor FIELD COMERCIO E IMPORTACAO LTDA, CNPJ/CPF: 38.154.287/0001-87.
Sistema	24/11/2020 08:11:51	Senhor Pregoeiro, o fornecedor FIELD COMERCIO E IMPORTACAO LTDA, CNPJ/CPF: 38.154.287/0001-87, enviou o anexo para o item 1.
Encerramento do prazo de Convocação - Anexo	24/11/2020 08:11:51	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor FIELD COMERCIO E IMPORTACAO LTDA, CNPJ/CPF: 38.154.287/0001-87.

Cumpra esclarecer que a Recorrida encaminhou e-mail para [licitacao@codevasf.gov.br](mailto:licitacao@codevasf.gov.br), conforme abaixo, em que informa e envia a proposta, às 11h41 do dia 23/11/2020, dentro do prazo estabelecido, apesar do ato não ter sido cientificado aos demais licitantes pelo chat no momento oportuno pelo Pregoeiro:



Assim, diante dos quesitos acima demonstrados, o Pregoeiro e sua Comissão entende que não houve prejuízo ao julgamento objetivo da proposta de preço, nem à Administração, tampouco tratamento diferenciado em detrimento dos demais licitantes. Caso o Pregoeiro se utilize desses motivos para desclassificar a Proposta da Recorrida, dando provimento aos reclames da Recorrente, estará incorrendo em EXCESSO DE FORMALISMO, situação essa combatida nos Tribunais e no TCU, conforme se extrai nos transcritos abaixo:

**- Tribunal do Rio Grande do Sul:**

*Nº 70062262514 - 2014/CÍVEL” - Procedimento formal, entretanto, não se confunde com ‘formalismo’, que se caracteriza por exigências inúteis e desnecessárias. Por isso mesmo, não se anula o procedimento diante de meras omissões ou irregularidades formais na documentação ou nas propostas, desde que, por sua irrelevância, não causem prejuízo à administração ou aos licitantes. A regra é a dominante nos processos judiciais: não se decreta a nulidade onde não houver dano para qualquer das partes.*

*- TCU – Acórdão -2302/2012 – Plenário: “Rigor formal no exame das propostas dos licitantes não pode ser exagerado ou absoluto, sob pena de desclassificação de propostas mais vantajosa, devendo as simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes, serem sanadas mediante diligência.”*

Assim, por todo o exposto, entende-se que não merece acolhimento a tese trazida à baila pela Recorrente, e decide pelo **NÃO PROVIMENTO** ao recurso interposto pela empresa **WEEMAC MAQUINAS E**



End.: SGAN Q. 601 Conjunto I - Ed. Dep. Manoel Novaes CEP 70830-019 - BRASÍLIA -

Tel.: (61) 2028.4619

www.codevasf.gov.br e-mail: [licitacao@codevasf.gov.br](mailto:licitacao@codevasf.gov.br)

**EQUIPAMENTOS EIRELI** e mantém habilitada a empresa **FIELD COMERCIO E IMPORTACAO LTDA** para o item 1, visto que no conflito entre o interesse público e o privado, o primeiro sempre prevalecerá e, a empresa Recorrida apresentou o conteúdo material necessário para sua habilitação, não havendo incorrido em vícios ou ilegalidades.

### **DAS RAZÕES DA DECISÃO**

Passa-se às razões de decidir:

Considerando os princípios norteadores da licitação, expressos no art. 2º do Decreto 10.024/2019: da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos;

Considerando que só se deve adjudicar o objeto à licitante que estiver em conformidade com todas as exigências do Edital;

**JULGO IMPROCEDENTES** os argumentos apresentados pela empresa **WEEMAC MAQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI**, e nego-lhe provimento ao recurso interposto.

Em atendimento ao disposto no Art. 13, inciso IV, do Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, e subitem 13.2 do Edital, após a devida análise e manutenção das decisões do pregoeiro, submeto, portanto, à Autoridade Competente, a qual deverá decidir sobre o recurso interposto.

Brasília/DF, 21 de dezembro de 2020.

Respeitosamente,

Cleide Costa de Souza Rocha  
Suplente do Pregoeiro  
Decisão nº 489 de 16/07/2020



## DECISÃO DO PREGOEIRO

**ASSUNTO:** Análise Recurso interposto item 2 do Pregão Eletrônico nº 22/2020, SRP, Menor Preço.

**PROCESSO ADMINISTRATIVO** nº 59500.001208/2020-18

**OBJETO:** Fornecimento, transporte, carga e descarga de materiais, equipamentos e veículos destinados à implantação de ações de pesca e aquicultura em diversos municípios localizados na área de atuação da CODEVASF, no Estado do Pará-PA.

**RECORRENTE:** 21.971.041/0001-03 - K.C.R.S. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI;

**RECORRIDA:** 68.886.605/0001-65 - MARTE EQUIPAMENTOS PARA LABORATORIO EIRELI;

### RESUMO DOS FATOS

Trata-se de recurso interposto tempestivamente pela empresa **K.C.R.S. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI** contra a habilitação da empresa MARTE EQUIPAMENTOS PARA LABORATORIO EIRELI, participante do item 2.

Intenção de Recurso: *“Registro intenção de recurso, pois a balança ofertada pela empresa marte modelo ls150 não possui indicador de carga da bateria, portanto desatente especificações do edital.”*

**ITEM 2** - Balança Plataforma Digital - Capacidade mínima de 150 Kg, divisão 50 g, em aço inox, com coluna, gabinete de plástico injetado, com indicação de sobrecarga, com bateria com indicador de carga, back light e alimentação 110 e 220 volts. Garantia: 12 meses

Em síntese, a RECORRENTE alega que o equipamento ofertado MARCA MARTE não atende aos requisitos do edital, pois a Recorrida ofertou balança de qualidade inferior, da marca Marte modelo LS150, o qual não possui indicador de carga da bateria, conforme explanado pelo próprio setor de vendas da fabricante, segundo e-mail datado de 24/11/20, da Recorrente para < [vendas8@martecom.br](mailto:vendas8@martecom.br)>, com o seguinte conteúdo: *“Informo que o equipamento não conta com indicador de carga, quando a carga está acabando a mesma apresenta oscilação na luz de display”*. E, que o produto ofertado e aceito é inferior ao exigido pelo edital.

### CONTRARRAZÃO MARTE EQUIPAMENTOS PARA LABORATORIO EIRELI

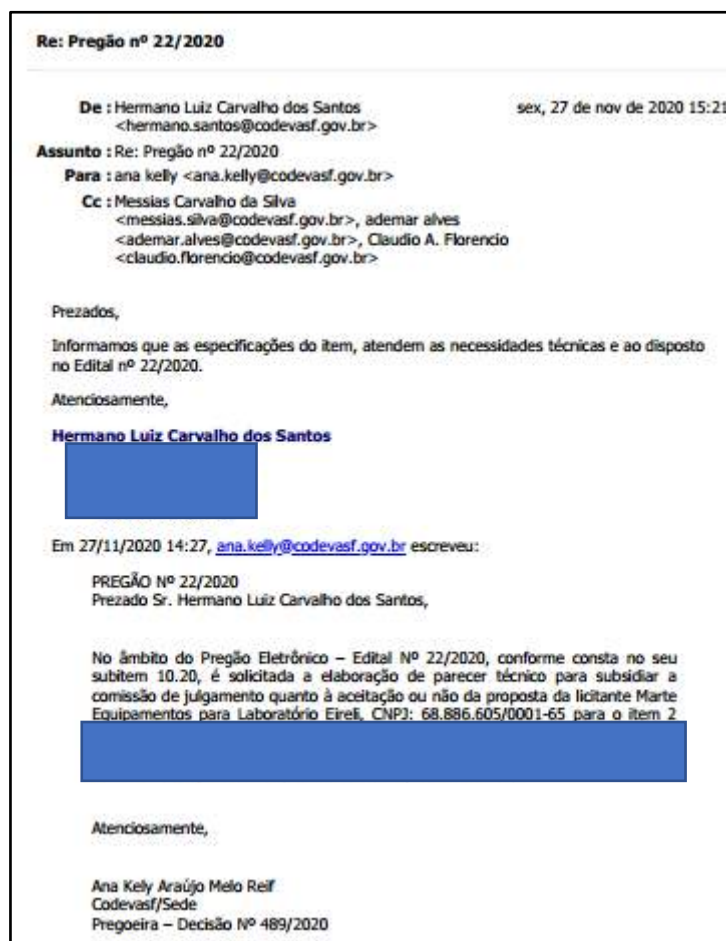
Em contraposição, a RECORRIDA defende *“que a balança possui sim indicador de bateria, conforme consta na página 6, item 5: da utilização da balança, tem 5 imagens do display... ali consta a informação "bat" que é indicação da bateria e além disso, quando a bateria está fraca o display começa a piscar. Se for necessário a Marte apresenta amostra do produto. Quanto ao questionamento enviado via site a mesma se identificou como "Karen - Stanicosmeticos" e realmente para esta área (cosmeticos) não sai, pois, eles não utilizam este tipo de balança, utilizam balança de precisão e balança analítica”*. Apresentou ainda o link para acesso ao manual do equipamento: <http://www.martecom.br/download-manuais/>.





### DA ANÁLISE ÀS ALEGAÇÕES RECURSAIS

Quanto à alegação da Recorrente de que o produto ofertado pela Recorrida e aceito pelo Pregoeiro para o item 2, diverge das especificações do Edital; frisa-se que, após diligência à área de origem da licitação, a fim de subsidiar no julgamento da proposta, foi confirmado que *“as especificações do item atendiam as necessidades técnicas e ao disposto no Edital”*, conforme e-mail datado de 27/11/2020:



Assim, considerando a diligência efetuada e que a proposta e os catálogos apresentados pela Recorrida informam que serão fornecidos todos os itens, conforme detalhamento e especificação descrita no Edital para atendimento ao Termo de Referência, decide pelo **NÃO PROVIMENTO** ao recurso interposto pela empresa **K.C.R.S. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI** e mantém habilitada a empresa **MARTE EQUIPAMENTOS PARA LABORATORIO EIRELI** para o item 2, visto que a empresa Recorrida apresentou o conteúdo material necessário para sua habilitação, não havendo incorrido em vícios ou ilegalidades.



### **DAS RAZÕES DA DECISÃO**

Passa-se às razões de decidir:

Considerando os princípios norteadores da licitação, expressos no art. 2º do Decreto 10.024/2019: da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos;

Considerando que só se deve adjudicar o objeto à licitante que estiver em conformidade com todas as exigências do Edital;

**JULGO IMPROCEDENTES** os argumentos apresentados pela empresa **K.C.R.S. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI**, e nego-lhe provimento ao recurso interposto.

Em atendimento ao disposto no Art. 13, inciso IV, do Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, e subitem 13.2 do Edital, após a devida análise e manutenção das decisões do pregoeiro, submeto, portanto, à Autoridade Competente, a qual deverá decidir sobre o recurso interposto.

Brasília/DF, 21 de dezembro de 2020.

Respeitosamente,

Cleide Costa de Souza Rocha  
Suplente do Pregoeiro  
Decisão nº 489 de 16/07/2020



## DECISÃO DO PREGOEIRO

**ASSUNTO:** Análise Recurso interposto itens 34 e 35 do Pregão Eletrônico nº 22/2020, SRP, Menor Preço.

**PROCESSO ADMINISTRATIVO** nº 59500.001208/2020-18

**OBJETO:** Fornecimento, transporte, carga e descarga de materiais, equipamentos e veículos destinados à implantação de ações de pesca e aquicultura em diversos municípios localizados na área de atuação da CODEVASF, no Estado do Pará-PA.

**RECORRENTE:** 30.723.567/0001-57 - NASA COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA EIRELI

**RECORRIDA:** 37.912.700/0001-62 - IMPERIOGN COMERCIO DE MAQUINAS EQUIPAMENTOS E SERVICOS;

### RESUMO DOS FATOS

Trata-se de recurso interposto tempestivamente pela empresa **NASA COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA EIRELI** contra a habilitação da empresa IMPERIOGN COMERCIO DE MAQUINAS EQUIPAMENTOS E SERVICOS, participante dos itens 34 e 35.

Intenção de Recurso: *“Manifestamos intensão de recursos, pois a empresa vencedora não atendeu as exigências do edital para o seu fornecimento. Além do patrimônio líquido inferior ao permitido do valor total, não comprovou a veracidade do atestado técnico com a nota fiscal eletrônica, além do contrato não ter sido reconhecido firma, e sua assinatura possível divergência.”*

**ITEM 34 E 35** - Tanques-rede 3,00 x 3,00m x 3,00m ou outra dimensão que perfaça no mínimo 27m<sup>3</sup> com pelo menos 2,8m de profundidade , confeccionados em estrutura tubular de alumínio naval de alta resistência ou aço galvanizado a fogo, fixada com parafusos inoxidáveis autotravantes, com tampa basculável em alumínio com tela com malha de 1,5mm para impedir de ataques de aves e furtos para os dois lados. Tela tipo aço inox com malha 19 mm. Acompanham comedouro para evitar a perda da ração, além de quatro flutuadores de polietileno de alta densidade, hidrodinâmicos de alta resistência com proteção contra raios UV, 3 anos de garantia, e aprovados pela Marinha do Brasil





Em síntese, a RECORRENTE contesta os seguintes pontos:

- 1) Que existem fortes indícios de falta de veracidade no atestado, bem como no contrato particular de fornecimento de materiais apresentado pela empresa recorrida;
- 2) No que tange ao atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito privado, a conduta a ser adotada obrigatoriamente deve ser outra, uma vez que empresas privadas não possuem FÉ PÚBLICA, por não serem Entes públicos, razão pela qual todos os cuidados devem ser adotados para averiguar a veracidade das informações ali contidas, a fim de evitar possíveis fraudes à licitação;
- 3) Que deixou a recorrida de informar o número da nota fiscal eletrônica, bem como anexar a cópia da mesma ao atestado apresentado;
- 4) Que a Recorrida juntou um instrumento particular de fornecimento de material em nome da empresa que emitiu o atestado (Europlan), incontestavelmente duvidoso, uma vez que foi emitido em papel comum sem timbre;
  - a. Que a assinatura do senhor Sérgio Rodrigues Amorim, responsável pela empresa Europlan apresentada no atestado está incontestavelmente diferente daquela apresentada no contrato de fornecimento de material;
  - b. Que os dois documentos não possuem validade jurídica, uma vez que não houve reconhecimento de firma em cartório dotado de fé pública para atestar a autenticidade da assinatura, nem mesmo foi anexada uma cópia da cédula de identidade do emissor do atestado e do contrato para tentar de alguma forma dar credibilidade aos documentos ora questionados;
- 5) Que o documento em lei admitido, capaz de dar validade jurídica a um atestado de capacidade técnica emitido por empresa privada é a Nota Fiscal eletrônica, sendo tal praxe, ponto já pacificado e assentado no ordenamento jurídico pátrio;
- 6) Que o patrimônio líquido da recorrida não comprova 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.
- 7) Que o fabricante da marca IAREMA, produto ofertado pela Recorrida, não fabrica nas dimensões exigidas no Edital, uma vez que as dimensões por ele fabricadas vai até 16m<sup>3</sup> e o Edital exige 27m<sup>3</sup> no mínimo.



## **CONTRARRAZÃO IMPERIOGN COMERCIO DE MAQUINAS EQUIPAMENTOS E SERVICOS**

Em contraposição, a RECORRIDA defende que no decorrer do certame atendeu a todas as solicitações editalícias, quanto as diligencias realizadas pelo Pregoeiro para comprovar o atestado encaminhado, que poderia ter sido tanto por intermédio de nota fiscal, quanto através de contrato.

### **DA ANÁLISE ÀS ALEGAÇÕES RECURSAIS**

Primeiramente, quanto ao Atestado de Capacidade Técnica, ressaltamos que é uma declaração comprovando que o licitante prestou determinado serviço ou vendeu determinado bem, estando, portanto, capacitado a fazê-lo novamente.

Cabe destacar que não há uma exigência legal de o documento estar em papel timbrado do emitente. Mas, havendo dúvida sobre a veracidade do atestado de capacidade técnica, por exemplo, é admissível a exigência da nota fiscal para a devida salvaguarda. Contudo, como o objetivo é a veracidade do atestado, entendemos que poderá ser suprida também através do contrato do serviço e/ou fornecimento que emanou o atestado.

Não se admite, porém, que o próprio edital exija a apresentação de atestados acompanhados das respectivas notas fiscais, visto que estes últimos não são documentos de habilitação. Aliás, o TCU tem um posicionamento muito firme no sentido de que apenas os documentos previstos nos artigos 27 a 31 da Lei n.º 8.666/1993 podem ser solicitados como requisito de habilitação, consubstanciado pelo Capítulo X, art. 40 a 43 do Decreto 10.024/2019.

Em decisão, a Corte de Contas da União manifestou-se:



**É indevida a exigência de que atestados de qualificação técnica sejam acompanhados de cópias das respectivas notas fiscais, visto não estarem estes últimos documentos entre os relacionados no rol exaustivo do art. 30 da Lei 8.666/1993**

Representação de empresa acusou possíveis irregularidades na condução do Pregão Eletrônico 280/2012, promovido pelo Instituto Nacional de Câncer (Inca), destinado à contratação de solução de storage. Três empresas participaram do certame, sendo que a classificada em primeiro lugar veio a ser inabilitada. Entre os motivos que justificaram essa decisão, destaque-se a apresentação por essa empresa de atestados técnicos desacompanhados das notas fiscais, exigência essa que constara do respectivo edital. A respeito de tal questão, o relator anotou que “a jurisprudência do Tribunal é firme no sentido de que o art. 30 da Lei 8.666/1993, ao utilizar a expressão ‘limitar-se-á’, elenca de forma exaustiva todos os documentos que podem ser exigidos para habilitar tecnicamente um licitante (v.g. Decisão 739/2001 – Plenário; Acórdão 597/2007 – Plenário)”. Ressaltou, ainda, que “nenhuma dúvida ou ressalva foi suscitada, pela equipe que conduziu o certame, quanto à idoneidade ou à fidedignidade dos atestados apresentados pela empresa”. E, mesmo que houvesse dúvidas a esse respeito, “de pouca ou nenhuma utilidade teriam as respectivas notas fiscais”. Em tal hipótese, seria cabível a realização de diligências para esclarecer ou complementar a instrução, consoante autoriza do § 3º do art. 43 da Lei 8.666/1993. O Tribunal, então, ao acolher proposta do relator e por considerar insubsistente esse e o outro motivo invocados para justificar a mencionada inabilitação, decidiu: a) determinar ao Inca que torne sem efeito a inabilitação da detentora da melhor oferta na fase de lances, “anulando todos os atos subsequentes e retomando, a partir desse ponto, o andamento regular do certame”; b) dar ciência ao Inca de que a exigência de apresentação de atestados de comprovação de capacidade técnica “acompanhados de cópias das respectivas notas fiscais, afronta o disposto no art. 30 da Lei 8.666/1993”. **Acórdão 944/2013-Plenário, TC 003.795/2013-6, relator Ministro Benjamin Zymler, 17.4.2013.**

Mesmo assim, o pregoeiro diligenciou a Recorrida quanto ao atestado de capacidade técnica emitido em 05/09/2020, em papel timbrado e carimbado da empresa **EUROPLAN CONSTRUTORA COMÉRCIO E EQUIPAMENTOS EIRELI, CNPJ nº 15.199.464/0001-46**. Foi solicitado que comprovasse o fornecimento por meio da cópia do Contrato ou da Nota Fiscal que deu origem ao atestado. **A Recorrida encaminhou cópia do Contrato Particular de Fornecimento de Materiais, assinado em 28/08/2020, registrado no 2º Tabelionato de Notas de Goiânia/GO, em 10/11/2020.**

Acontece que durante a fase recursal, em consulta ao site do Sistema Extrajudicial Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, o qual possibilita averiguar a autenticidade do documento de contrato apresentado em diligência feita pelo pregoeiro, constatou-se que o nome da parte ou requerente do Ato de autenticação de cópias registrado sob o código 01332011044267109490377, se refere à empresa **ADM COMÉRCIO DE IMPLANTES LTDA., CNPJ nº 16.939.635/0001-99**, não partícipe do caso em tela. Apesar do



tabelião conferir e atestar a similaridade da cópia em relação ao original, utilizando o selo de autenticidade, quem requereu o ato não foi nenhuma das partes do contrato.

Pois bem, em análise mais minuciosa e pesquisas efetivadas em sites oficiais da Internet, viu-se que a Recorrida foi vencedora no Pregão Eletrônico 19/2020, Item 33, sob responsabilidade da 4ª Superintendência Regional da Codevasf, referente ao Processo nº 59540.000856/2020-72, cujo resultado foi publicado no Diário Oficial da União do dia 17/11/2020, seção 3, página 39.

Nesse certame, a Recorrida apresentou Atestado de capacidade técnica emitido pela mesma empresa EUROPLAN, na mesma data de 05/10/2020, em que atesta o fornecimento de 35 unidades de Tanques Redes 3x3x2m, Marca Grupo RHV, entregues no prazo de 75 dias corridos. Mas, não entendemos porque não há menção a esse produto no Atestado apresentado neste certame atual, Pregão 22/2020, visto que pensamos se tratar do mesmo documento, nem no Contrato firmado entre as partes, em que a Recorrida anexou como comprovante do fornecimento que deu origem ao Atestado.

Adiante na análise, constatamos a tempo que apesar do Atestado ter sido emitido em papel timbrado e carimbado pela EUROPLAN, o texto diz que a empresa IMPERIOGN forneceu o material para a empresa **S3 COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI – ME, CNPJ nº 18.132.617/0001-26**, e não para a EUROPLAN. Ainda detectamos que o **CNPJ nº 30.524.715/0001-04** descrito no Atestado como sendo da IMPERIOGN, na verdade se trata da empresa **GRAMPAR COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI**. Enquanto que o CNPJ da empresa **IMPERIOGN COMERCIO DE MAQUINAS EQUIPAMENTOS E SERVICOS** registrado no comprovante de inscrição e de situação cadastral é **37.912.700/0001-62**.

Cabe registrar que todas as empresas citadas têm domicílio em Goiânia/GO.

Diante das irregularidades encontradas na reanálise do Atestado de Qualificação Técnica, e na possível adulteração de documento de habilitação, o TCU reafirmou seu entendimento sobre o uso de atestados falsos em licitações. De acordo com o Tribunal, a apresentação de atestado com conteúdo falso, por si, já configura a prática de fraude à licitação e tem como consequência a declaração de inidoneidade. (Ac. 1106/18-P).



No mesmo sentido, decisões anteriores indicaram que a apresentação de atestados com conteúdo falso caracteriza ilícito administrativo gravíssimo, fere os princípios da moralidade, da isonomia e da competitividade aplicáveis a todas as licitações públicas e faz surgir a possibilidade de o TCU declarar a inidoneidade da empresa fraudadora para participar de licitação na Administração Pública Federal, independentemente de a fraude ter resultado em prejuízo financeiro para a Administração. (cf. acórdãos 27/13, 2988/13 e 2677/14, todos do Plenário)

Destarte, considerando o que consta do subitem 3.1.7. do Edital: *“A participação na licitação implica na aceitação plena e irrevogável do ato convocatório, bem como na observância dos regulamentos e normas administrativas e técnicas aplicáveis, observando-se o disposto neste Edital e seus Anexos e a responsabilidade pela autenticidade e fidelidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.”* (grifo nosso);

Considerando o contido no subitem 11.1.7. do Edital: *“Toda a documentação apresentada pelo licitante, para fins de habilitação, deverá pertencer a empresa que efetivamente executará os serviços, ou seja, o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ deverá ser o mesmo em todos os documentos, (...)”* (grifo nosso); e,

Considerando o item 24.1, alíneas ‘c’, ‘h’ e ‘i’, e subitem 24.1.1. do Edital que trata das Sanções Administrativas, consubstanciado pelo art. 49 do Decreto 10.024/2019;

Alertamos à Autoridade Competente, quanto à necessidade de instauração de processo administrativo a fim de averiguar a conduta da Recorrida com vistas à apenação da empresa, se detectada e comprovada a infringência ao dispositivo em comento.

Concernente ao Balanço Patrimonial apresentado, infere-se pelo Ato Constitutivo da empresa e pela Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado de Goiás, que a empresa foi fundada e constituída em 30/07/2020, sob o NIRE 52 60098657-1. Portanto criada no exercício em curso; o que lhe permite apresentar fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante (item 11.1.2., alínea b’, subalínea “b.1.4’ do Edital).



Quanto à especificação dos itens 34 e 35, após reanálise do catálogo anexado à proposta, viu-se que as medidas ofertadas pelo fabricante IAREMA (3x3x2), cujo produto a Recorrida pretende ofertar, são aquém do exigido em Edital que é de 3x3x3 ou no mínimo 27m<sup>3</sup>. O que incorre na recusa da proposta ofertada pela Recorrida.

É sabido que no caso de uma licitação cujo critério de julgamento seja o menor preço, como o presente certame, esse é o parâmetro de referência para se chegar a um vencedor: o menor preço apresentado e, por ser um pregão, após a sessão de lances. Não basta o atendimento desse critério, é fundamental que todas as condições de habilitação sejam cumpridas. Porém, antes de tudo, é imprescindível que o momento inicial, a proposta de preços, esteja de acordo com as regras postas.

Falhas, omissões ou lacunas detectadas em propostas devem ser tratadas como irregularidades, caso os vícios apresentados afetem o perfeito entendimento quanto ao objeto ofertado e as condições essenciais exigidas na licitação. Em princípio, o que pode significar apenas um pequeno erro ou vício na proposta, pode resultar em desigualdades para seleção da proposta mais vantajosa. Além de uma injusta disputa entre os participantes e a incerteza da execução integral do objeto, posto que o licitante vencedor poderá apresentar objeto com inferior qualidade, capacidade e qualquer fator e/ou condição diversa, sem atender as exigências indispensáveis à pretensão inicialmente licitada pela Administração.

Por todo o exposto, a Comissão decide RECONSIDERAR a decisão de aceitação e habilitação da empresa **IMPERIOGN COMERCIO DE MAQUINAS EQUIPAMENTOS E SERVICOS**, para os Itens 9, 34 e 35, **DANDO-SE PROVIMENTO** ao Recurso interposto pela empresa **NASA COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA EIRELI**, promovendo-se a Volta de Fase para desclassificação da empresa Recorrida, convocando-se as empresas remanescentes, em ordem de classificação, até encontrar-se uma proposta válida e habilitada, nos termos do edital.

### **DAS RAZÕES DA DECISÃO**

Passa-se às razões de decidir:





Considerando os princípios norteadores da licitação, expressos no art. 2º do Decreto 10.024/2019: da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos;

Considerando que o Pregoeiro e sua Equipe poderão rever seus próprios atos a qualquer tempo, justificadamente, mantendo a transparência do certame, a fim de preservar a legalidade do processo e a isonomia entre os licitantes, restaurando a legalidade da situação;

Faço um parêntesis para destacar que ao discorrer sobre o princípio da autotutela, José dos Santos Carvalho Filho (Manual de Direito Administrativo. 30 ed. Rev., atualizado e ampliado. São Paulo: Atlas, 2016) leciona ser dever da Administração Pública, ao deparar-se com equívocos cometidos no exercício de sua atividade, revê-los para restaurar a situação de legalidade, conforme se verifica do seguinte trecho de sua doutrina:

“A Administração Pública comete equívocos no exercício de sua atividade, o que não é nem um pouco estranhável em vista das múltiplas tarefas a seu cargo. Defrontando-se com esses erros, no entanto, pode ela mesma revê-los para restaurar a situação de regularidade. Não se trata apenas de uma faculdade, mas também de um *dever*, pois que não se pode admitir que, diante de situações irregulares, permaneça inerte e desinteressada. Na verdade, só restaurando a situação de regularidade é que a Administração observa o princípio da legalidade, do qual a autotutela é um dos mais importantes corolários”. (p. 35)

Por conseguinte, **JULGO PROCEDENTES** os argumentos apresentados pela empresa **NASA COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA EIRELI**, dando-lhe provimento.

Brasília/DF, 21 de dezembro de 2020.

Respeitosamente,

Cleide Costa de Souza Rocha  
Suplente do Pregoeiro  
Decisão nº 489 de 16/07/2020

